

25/06/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A vertigem do lulismo](#)

[Governo vai cortar projeção do PIB e mudar forma de divulgação](#)

[Porta-voz de Bolsonaro fica fora de promoção à elite do Exército e vai para a reserva](#)

O GLOBO - RJ

[Que profissional o Brasil quer?](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Relatora aposta em novo Fundeb mais robusto](#)

[Desigualdade na educação é alvo de novo indicador](#)

[Acesso à educação pouco avança e frustra metas](#)

[Brasil fica para trás na inovação tecnológica](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Itens históricos são recriados em três dimensões por pesquisadores](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Ensino a distância deve ganhar força nos próximos anos](#)

G1

[Fies do segundo semestre de 2019 abre inscrições nesta terça](#)

[UEPA recebe inscrições para projeto que oferece minicursos e oficinas gratuitas em julho](#)

METRÓPOLES

[Número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos, diz pesquisa](#)

PORTAL ISTOÉ

[Pesquisa : número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Pesquisa : número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Mestrado e Doutorado em Direito contribuem para o dia a dia profissional](#)

CORREIO WEB

[Inscrições para o Fies começam nesta terça-feira \(25\)](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Wilson Rosa toma posse como diretor de Cooperação Institucional do CNPq](#)

UERN

[UERN terá primeiro curso de Doutorado em Direito do RN](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Seleção](#)

DESTAK

[Em 10 anos, verba para merenda por aluno cresceu R\\$ 0,63](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[Matrículas no ensino superior crescem 3,8%, taxa inferior à do último censo](#)

GAZETA DO POVO - PR

[Existe salvação fora da universidade. E ela está no ensino técnico](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Pesquisadores em Comunicação da Ufam lançam livro Olhares Comunicacionais](#)

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA - MG

[Pós da UFU tem nota máxima em avaliação](#)

RADAR AMAZONICO

[Estudo pretende viabilizar produtos de Manejo Florestal para o mercado](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

A vertigem do lulismo

Corrupção, fraude contábil e recessão foram a receita perfeita para a derrota

Não chorei assistindo a “Democracia em Vertigem”. Senti pena por todos os que compram a fantasia ali vendida. A voz lamuriosa da narradora dá a medida de sua impotência perante a ascensão da direita. A história trágica do Lula-herói que foi obrigado a ceder a práticas corruptas da velha política para levar adiante um projeto inclusivo de país, sendo impedido por uma mutreta da malvada elite, simplesmente não cola. E enquanto a esquerda insistir nela seguirá incapaz de se reinventar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/06/a-vertigem-do-lulismo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Governo vai cortar projeção do PIB e mudar forma de divulgação

Ministério da Economia quer acelerar divulgação da estimativa para diminuir defasagem com mercado

Brasília

O governo cortará pela terceira vez a previsão oficial de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2019, o que reduzirá a projeção de arrecadação e complicará ainda mais o cenário para cumprir a meta fiscal do ano.

Com a rápida deterioração nas expectativas de crescimento, o Ministério da Economia planeja acelerar a divulgação da estimativa para diminuir a defasagem entre o cálculo da pasta e o do mercado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/governo-vai-cortar-projecao-do-pib-e-mudar-forma-de-divulgacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Porta-voz de Bolsonaro fica fora de promoção à elite do Exército e vai para a reserva

Após expurgo de militares, Alto Comando não promove general Rêgo Barros

São Paulo

O Alto Comando do Exército promoveu na tarde desta segunda (24) dois novos generais que poderão integrar o colegiado, deixando de fora o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros.

Na semana retrasada, houve a demissão de Carlos Alberto dos Santos Cruz, o chefe da Secretaria de Governo que bateu de frente com o grupo influenciado pelo escritor Olavo de Carvalho no governo: os filhos de Bolsonaro Eduardo e Carlos, e os ministros da Educação e das Relações Exteriores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/porta-voz-de-bolsonaro-fica-fora-de-promocao-a-elite-do-exercito.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Que profissional o Brasil quer?

Saber exatamente de que profissional um país precisa é questão complexa e estratégica. Uma pista seria identificarmos as ferramentas com que medimos o que seja qualidade. No Brasil, os formandos do ensino superior atendem a um exame denominado Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O Enade é uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O Sinaes é composto também pelos processos de Avaliação dos Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, juntos com o Enade, formam um tripé avaliativo acerca da qualidade dos cursos e instituições de educação superior do Brasil.

Os objetivos do Enade têm sido avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do respectivo curso de graduação, incluindo também mensurar suas habilidades para compreender temas contemporâneos e ligados a outras áreas do conhecimento.

Tanto o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), encomendado pelo governo brasileiro à OCDE em 2018, como o Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Sinaes (TC 010.471/2017-0) evidenciam a fragilidade do Enade, tal como ele é aplicado atualmente. Eles destacam a incapacidade de tratar, de forma adequada, os elementos centrais de aprendizagem e criticam o processo por ser demasiadamente dispendioso e sem contrapartida clara que evidencie resultados confiáveis.

Além disso, a sua aplicação trienal por área de conhecimento findou estabelecendo, como prática quase geral, preocupações diferenciadas entre aquelas turmas que farão e as que não farão o exame. Para as turmas que fazem o exame, a visão restrita de preparar para as questões de maior incidência acaba por distorcer as próprias DCNs. Para as que não fazem o exame, não há evidências de que os resultados obtidos estejam sendo utilizados para a melhoria contínua de aprendizagem.

O Enade permite analisar aspectos comparativos entre os que fazem a mesma edição do exame; porém, é inadequado para fornecer um diagnóstico comparativo entre edições diversas. Mesmo entre os formandos de uma edição específica, os processos de ajustes de curvas fornecem insuficiente informação acerca de quão satisfatório, em termos absolutos, foi o processo de aprendizagem. Um possível novo Enade deveria mensurar a transversal capacidade de aprender continuamente e alguns aspectos comportamentais do formando, permitindo ser aplicado, anualmente, o mesmo teste a todas as áreas de

conhecimento.

Ao se incorporar essa abordagem, que corresponde ao estado da arte em termos de teoria de aprendizagem, a proposta mais adequada seria que o exame fosse revelador da maturidade intelectual do formando, no que diz respeito a itens tais como:

- 1) capacidade de desenvolver raciocínios críticos, lógicos e abstratos;
- 2) domínio do método científico, na solução de problemas e missões;
- 3) habilidade de entender textos complexos e de escrever de forma a se fazer entender claramente pelos demais (letramento sofisticado);
- 4) letramento matemático substantivo, indo além de operações matemáticas simples;
- 5) capacidade de juntar conhecimentos de áreas diversas do saber, propiciando resolver problemas que demandam multidisciplinaridade e olhares múltiplos;
- 6) entender processos que envolvem programação simples, elementos de modelagem e simulação, ingredientes inerentes aos temas contemporâneos; e
- 7) demonstrar domínio de habilidades socioemocionais associadas a enfrentamentos, em equipe, de temas complexos.

Não há receita simples ou única para atingirmos um desenvolvimento econômico e social sustentável, mas, por certo, educação superior é parte relevante dos ingredientes. Podemos formar profissionais para um passado, o qual, ainda que próximo, vai ficando distante, ou para um futuro, que, sem pedir licença, já começou. A forma como medimos a qualidade de nossos formandos ajuda a definir nossas perspectivas enquanto nação.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Relatora aposta em novo Fundeb mais robusto

No início do mês, o Ministério da Educação (MEC) oficializou sua posição de aumentar de 10% para 15%, gradualmente em cinco anos, a complementação do governo federal aos Estados e municípios. Segundo Dorinha, porém, ainda segue viva a hipótese de buscar um avanço mais robusto, com alta para 15% já no primeiro ano do novo Fundeb, seguido de aumentos de 1,5 ponto percentual ao longo de dez anos - com isso, o repasse triplicaria nesse intervalo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6318245/relatora-aposta-em-novo-fundeb-mais-robusto>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Desigualdade na educação é alvo de novo indicador

A Fundação Tide Setúbal e acadêmicos lançam hoje em São Paulo o Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (Idea), um novo instrumento de avaliação educacional que alia mensuração de aspectos de qualidade e desigualdade socioeconômica, racial e de gênero no ensino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6318247/desigualdade-na-educacao-e-alvo-de-novo-indicador>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Acesso à educação pouco avança e frustra metas

O IBGE acaba de divulgar dados que mostram que o acesso à educação avança devagar no país, apesar do aumento dos gastos na área registrado desde a virada do século e da pressão pela preservação dessas conquistas. Os números indicam que dificilmente serão atingidas algumas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniaio/6318135/aceso-educacao-pouco-avanca-e-frustra-metas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Brasil fica para trás na inovação tecnológica

Quase todos os setores produtivos relevantes para o desenvolvimento da economia, de industriais a serviços, estão bem longe da chamada fronteira tecnológica no Brasil. Em outras palavras, apresentam baixo nível de investimento em pesquisa. De 37 segmentos analisados num levantamento feito pelo pesquisador Paulo Morceiro, do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (Nereus-USP), apenas cinco ultrapassam essa fronteira. No outro extremo, um dos piores desempenhos é o de desenvolvimento de softwares, que está na ponta do avanço tecnológico no mundo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6318251/brasil-fica-para-tras-na-inovacao-tecnologica>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Itens históricos são recriados em três dimensões por pesquisadores

Alunos fazem a higienização dos artefatos que, posteriormente, serão digitalizados e impressos

Existem inúmeras barreiras entre a produção de conhecimento em arqueologia e a sociedade. As reservas técnicas dos laboratórios de salvaguarda de acervos arqueológicos encontram-se abarrotadas de artefatos encaixotados e catalogados em relatórios extensos e de caráter científico, afastados do público não especialista. Pensando em facilitar o contato da comunidade com esse tipo de material, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF) desenvolve a pesquisa "Iconoteca UPF - acervo arqueológico do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (Lacuma)".

O estudo, que é coordenado pela professora Jacqueline Ahlert, com o auxílio de alunos, objetiva proporcionar o acesso a artefatos oriundos de diversas regiões do País, sobretudo do Rio Grande do Sul, por meio da visualização em três dimensões das peças, de sua leitura formal, iconográfica e histórica, bem como por disponibilizar o arquivo de impressão do material, proporcionando sua utilização em universidades e escolas. Segundo a professora Jacqueline, o eixo do projeto é interdisciplinar. "Inicialmente, tivemos que realizar a aproximação das diversas áreas do conhecimento que confluíram para a sua concretização, assim como avaliar os limites e as potencialidades de cada instrumento", conta.

O trabalho é constituído de várias etapas, como a pesquisa histórica e do acervo arqueológico do Lacuma, realizada pelos bolsistas e alunos do curso de História da UPF, em nível de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado); reuniões com os professores e pesquisadores do projeto Fábrica Escola, dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, nas quais foi possível conhecer as possibilidades e qualidades da digitalização e impressão 3D para a recriação dos objetos. "Também fez-se o planejamento de um portal web para os artefatos com a equipe que desenvolveu o software. Agora, o estudo está na fase em que as ações se concentram na classificação dos artefatos, na seleção das peças mais representativas para a digitalização e na construção das informações e análises. Ainda, serão propostas ações de educação patrimonial com as instituições de ensino", relata Jacqueline.

Os materiais que estão sendo selecionados e analisados fazem parte do acervo do Lacuma, o qual contém vestígios arqueológicos oriundos de ocupações territoriais pré-históricas, que podem alcançar uma antiguidade significativa - considerando que os registros mais antigos de ocupação humana em território sul-rio-grandense datam de 12.000 antes do presente - e históricos, do período colonial em diante.

Após a publicação do site, as peças digitalizadas e as informações relativas à localização geográfica, à identificação e aos usos dos artefatos estarão acessíveis para qualquer pessoa com acesso à internet. Os arquivos para impressão também estarão disponíveis para download e sua reprodução dependerá apenas da disposição de uma impressora 3D.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ensino a distância deve ganhar força nos próximos anos

Modalidade vem crescendo nos últimos tempos e governo já sinalizou que pretende investir para que essa modalidade de ensino cresça

O ensino a distância tem ganhado cada vez mais destaque na educação superior. Nos últimos anos, a oferta cresceu exponencialmente. Em 2010, só existiam 10 cursos no Brasil. Em apenas sete anos, esse número passou para mais de 2 mil, sendo que 97% é ofertado por instituições particulares. O crescimento se reflete na oferta das bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). O número de municípios ofertando cursos a distância por meio do programa subiu 39% no segundo semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018.

Enquanto isso, o ensino presencial deu uma estagnada nos últimos anos. É isso que faz o Ministério da Educação (MEC) acreditar que a modalidade crescerá e ganhará destaque na formação dos profissionais. O panorama, com base no Censo da Educação Superior, foi apresentado durante o 12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (Cbesp), que ocorreu em Belo Horizonte (MG), entre 6 e 8 de junho.

De acordo com Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior, diretor de política regulatória da Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC), a EAD é a única solução para democratizar o acesso ao ensino superior. "Temos mais de cinco mil municípios e uma reduzida minoria deles tem cursos presenciais. Não há solução para interiorização que não seja a EAD. Mas não só para o interior; quando pensamos em São Paulo, por exemplo, quem hoje tem condições de ficar três, quatro horas no trânsito para ir à aula?", questionou.

A questão da mobilidade foi exatamente o que fez Gabriel Soares, 23 anos, optar pelo ensino a distância. Morador do Gama, ele faz administração e marketing no Centro Universitário de Brasília (Uniceub). “O descolamento é muito difícil e me surgiu essa oportunidade de fazer a distância”, lembra. Além das graduações, Gabriel trabalha como consultor de marketing. “Eu sou uma pessoa muito agitada, não consigo me sentar em uma sala e ficar recebendo informações. A EAD tem a vantagem de você ter que ser ativo no aprendizado e correr atrás para desenvolver o aprendizado”, afirma.

Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Roberto Affonso Marins, que coordena o projeto de pesquisa "Inovação Tecnológica no Ensino de Música a Distância", o crescimento da modalidade é pela junção de dois fatores. “Pela flexibilização de tempo e espaço e pelo barateamento. A mensalidade da EAD gira em torno de R\$ 265. O público da modalidade são egressos do ensino médio que não ingressam imediatamente no ensino superior e que trabalham ou querem trabalhar”, explica.

O graduado em administração pela Unopar Vitor Hugo Noinann Junior, 39 anos, gerente de serviços em uma escola canadense, optou pelo curso a distância pela economia. “Eu estava passando por uma situação financeira complicada, não ganhava suficiente para bancar meu deslocamento para uma faculdade presencial. Então, abri um polo perto da minha casa que dava para ir andando. Eu acabei optando mesmo sem conhecer”, conta.

Para ele, a escolha foi acertada. “Acho que não faz tanta diferença. As aulas existem e você pode assistir até 20 vezes se precisar. Eu tenho dificuldade de aprendizado, então, para mim, foi muito bom”, ele afirma.

Mas as críticas à modalidade também não são poucas. Os que não aprovam apontam a dependência do meio tecnológico como problemático, afinal, mais de um terço dos domicílios brasileiros ainda não têm nenhuma forma de acesso à internet, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017. O número chega a 70% nas classes D e E. Além disso, a modalidade exige esforço e dedicação maiores do aluno.

Uma pesquisa feita em 2018 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) mostrou que 44% dos entrevistados optariam por essa modalidade, enquanto 56% dizem que preferem o ensino presencial. Para 7% dos participantes, o ensino a distância não é uma opção. Entre eles, 62% acreditam que a qualidade dessa modalidade não é bem avaliada no mercado de trabalho.

Ensino a distância deve ser simplificado

O maior crescimento da modalidade foi registrado de 2016 para 2017, quando teve um aumento de mais de 17,6%. Esse crescimento se deve em grande parte pelo Decreto Nº 9.057/ 2017, que facilitou a abertura de polos. A defesa de Marcos Heleno é que a legislação vigente seja menos burocrática e dê mais liberdade para o setor crescer. “Minha intenção é começar uma discussão com as instituições. A ideia não é regular ainda mais, a ideia é desregular, mas tem que ter qualidade”, afirmou.

O Secretário substituto do Seres/MEC, Marco Aurélio de Oliveira, que participou do evento substituindo o secretário Ataíde Alves, disse que o governo quer desburocratizar

ao máximo a modalidade. "A gente está buscando o entendimento de que a educação é uma só, independentemente de ser presencial ou a distância."

E os primeiros passos para isso já foram dados. O secretário substituto Marco Aurélio anunciou que o MEC reeditará a Portaria nº 1.428/2018 que amplia de 20% para 40% o limite de disciplinas EAD para cursos de graduação presencial e aproveitará para diminuir a regulação. O que exatamente será desburocratizado, o secretário não quis explicar. "Ela estava se sobrepondo a outras portarias que existiam, então vai entrar uma mais racional, que irá manter a possibilidade de 40%. Na prática, foi feita de uma forma mais técnica. Nesse momento, eu prefiro não dizer o que mudará, porque ainda irá passar pela apreciação do ministro", explica.

Além disso, Marco Aurélio afirma que o órgão está empenhado em procurar soluções para diminuir a influência do Estado. "Nós estamos com orientações do ministro no sentido de trabalhar a desburocratização, de ser um pouquinho mais racional. Com pequenos ajustes na legislação vigente, a gente consegue bons resultados. Instituímos grupos de trabalho para destravar algumas pautas. Trabalhar no sentido de diminuir o peso do Estado", disse.

Essa menor regulamentação também é defendida pelas instituições de ensino superior, e não só para a educação a distância. "Se a pessoa decide empreender no Brasil e escolhe investir em educação, será que essa pessoa está mal-intencionada? Em princípio, acho que não. Há formas de simplificar, que não é abolir a regulamentação", afirma Celso Niskier, secretário executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Entre os pedidos, está o de autoavaliação e que prazo para cadastramentos das instituições seja maior e de simplificação dos processos, que Niskier afirma que já foram levados ao ministro. "Este é um bom momento para falar de liberação na educação", defende.

Ensino a distância tende a continuar crescendo

O MEC afirma que a educação superior dependerá muito da modalidade. "Muito do futuro da educação superior está ligado à educação a distância. Hoje, 39% dos jovens que terminaram o ensino médio não estão na faculdade", aponta Marcos Heleno.

A grande maioria dos cursos ofertados a distância são pelas instituições particulares. Cerca de 37% dos alunos matriculados no ensino superior particular estão no ensino a distância. "Eu acredito que, em poucos anos, a maioria estará no EAD. E, se a tendência é esse crescimento, a indicação é que essa demanda bata no setor privado", salienta Marcos Heleno. Ao todo, 33% dos ingressantes na graduação estão indo para o ensino a distância.

Para se ter uma ideia, um pouco mais da metade das bolsas integrais em instituições particulares de ensino ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), este semestre, são em cursos a distância. Ao todo, estão sendo ofertadas 68.087 bolsas integrais para o segundo semestre deste ano. Dessas, 34.903 são em cursos a distância.

Segundo o professor Paulo Roberto Affonso Marins, o motivo para esse movimento não

está tão presente nas instituições públicas: é a falta de políticas públicas. “Eu acho que ainda falta incentivo. Tem um pouco de preconceito. Tem a portaria que autoriza até 40% a distância, mas quase ninguém usa. Nas particulares, tem a questão de diminuir os valores das mensalidades”, explica.

Além disso, um estudo apresentado no 10º Encontro Internacional de formação de professores apontou que cerca de 20% dos professores/tutores não estão totalmente seguros quanto ao uso de suas metodologias e recursos tecnológicos voltados para o ensino a distância.

Formação de professores em pauta

Uma grande parcela dos cursos ofertados a distância são de licenciaturas. Nas instituições particulares, pedagogia é a graduação com mais matriculados na modalidade. Nas públicas, é o curso que fica em segundo lugar. A formação de professores já é feita quase que 50% a distância.

“O sistema Universidade Aberta do Brasil, de 2005, era uma indução para formar professores da educação básica, inclusive o primeiro vestibular para cursos a distância foi para licenciaturas”, lembra Paulo Roberto Marins, que foi coordenador do curso de licenciatura em música a distância da UnB. Porém, existem muitas críticas em relação à formação desses profissionais. “As críticas são calcadas em preconceitos. Quando se compara a performance dos estudantes no Enade, se vê que não são muito diferentes. Na licenciatura, os alunos têm que fazer a prática, mas, para o que não se consegue fazer pela internet, têm os encontros presenciais nos polos”, defende.

O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado com o intuito de oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Ainda hoje, existe um deficit de professores formados atuando na educação básica. Uma média de quase 50% dos profissionais que atuam em salas de aula não têm formação adequada para a disciplina, ou mesmo não são graduados.

Nesse sentido, das 204 mil matrículas na UAB, 85% são ocupadas por professores da educação básica. Atualmente, são 777 polos, sendo que 582 estão em municípios com menos de 100 mil habitantes.

Agora, o Centro de Ciências Computacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, pode expandir o alcance da modalidade de ensino a distância para locais sem internet ou com conectividade limitada. A iniciativa se chama AVAPolos e é uma ferramenta que funciona 100% off-line.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Fies do segundo semestre de 2019 abre inscrições nesta terça

Serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero, de acordo com o Ministério da Educação.

Por G1

Começa nesta terça-feira (25) o período de inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2019. O programa oferece financiamento para

estudantes pagarem cursos de graduação em universidades privadas. O prazo para se candidatar é 1º de julho.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero.

Na modalidade "Fies", são oferecidas vagas com juro zero para os estudantes que tiverem uma renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos.

Já a modalidade "P-Fies" se destina a estudantes com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos. Eles podem receber um empréstimo a juros relativamente baixos, variando de acordo com o banco que atua como agente financeiro.

As inscrições são feitas pela internet no endereço: <http://fiesselecaoaluno.mec.gov.br>. Basta inserir CPF, data de nascimento, o código de verificação que aparece na tela e, se o candidato tiver tirado uma nota suficiente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pode dar continuidade à inscrição.

Para participar, o estudante tem de ter feito o Enem a partir de 2010, não pode ter zerado a redação e tem de ter feito pontuação mínima de 450 pontos na média aritmética das provas. Veja o edital.

MEC divulga regras para Fies do segundo semestre de 2019

Fies 2º semestre 2019

Inscrições: 25 de junho a 1º de julho

Pré-seleção: 9 de julho

Contratação: 10 a 12 de julho

Chamada da lista de espera: 15 de julho a 23 de agosto

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEPA recebe inscrições para projeto que oferece minicursos e oficinas gratuitas em julho

A Escola de Verão é realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), em Belém.

Por G1 PA — Belém

Estão abertas as inscrições para a terceira edição da Escola de Verão, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade do Estado do Pará (Uepa), em Belém.

A programação é gratuita e será realizada de 1º a 5 de julho, oferecendo minicursos e oficinas de diferentes áreas do conhecimento.

Os interessados devem procurar a secretaria do PPGCA, localizada no Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT), no Campus V da Uepa, das 9h às 17h.

Para se inscrever, é necessário apresentar documento oficial com foto. Cada candidato pode escolher no máximo duas programações. As vagas serão preenchidas por ordem de chegada.

Os minicursos abordam ciências exatas e da terra, engenharias, ciências agrárias, ciências sociais e humanas, biológicas e da saúde.

Serviço

Escola de Verão do CCNT Uepa

Período de inscrição: 24 a 28 de junho de 2019

Local: Secretaria do PPGCA, no CCNT/Uepa, localizado na travessa Enéas Pinheiro, nº 2626, bairro do Marco, no horário das 9h às 17h.

Período do projeto: 1 a 5 de julho de 2019

Informações: (91) 3131-1914

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos, diz pesquisa
Os dados estão no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado nesta terça-feira (25/06/2019) pelo movimento Todos pela Educação

O número de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio aumentou de 61% em 2012 para 68,7% em 2018. O percentual nessa faixa etária que frequenta a escola também vem crescendo e chegou a 91,5% em 2018. Os dados estão no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado nesta terça-feira (25/06/2019) pelo movimento Todos pela Educação em parceria com a Editora Moderna e traz dados organizados de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

“É uma avanço estatisticamente significativa, mas ainda tímido. O modelo que temos acaba fazendo com que adolescentes e jovens saiam da escola e, mesmo os que frequentam a escola, não veem um ambiente atrativo para seguir e encaixar a ideia de escolarização do ensino médio nos seus projetos de vida”, disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação, Caio Callegari.

A conclusão do ensino médio na idade adequada ainda é um desafio, como mostram os dados do relatório. Em 2018, apenas 63,6% dos jovens de 19 anos matriculados concluíram o ensino médio. Em 2012, 51,7% dos jovens de 19 anos haviam concluído essa etapa do ensino.

Desigualdades

As desigualdades socioeconômicas e de raça têm peso no acesso ao ensino médio, como aponta o anuário. Em 2018, 75,3% dos jovens brancos de 15 a 17 anos estavam matriculados na etapa. Já entre os jovens negros da mesma faixa etária esse percentual era de 63,6%, uma diferença de quase 12 pontos percentuais.

O anuário mostra também as disparidades em relação à distribuição de recursos. Enquanto São Paulo recebe a maior média anual de recursos vinculados à educação por aluno, R\$ 6,5 mil, o Maranhão está no outro extremo com R\$ 3,5 mil por aluno ao ano.

“Boa parte das desigualdade educacionais está relacionada à desigualdade de financiamento tanto em relação à garantia de recursos mínimos quanto à gestão de recursos. Estamos dando menos recurso para quem tem que corrigir um passivo histórico de investimento em educação”, disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação.

Professores

Em relação à formação dos professores a publicação mostra que desde 2012 houve aumento médio de cerca de cinco pontos percentuais no número de docentes com formação adequada para as disciplinas que lecionam.

Em 2018, 48,7% dos docentes dos anos finais do ensino fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, tinham formação adequada. O dado representa um crescimento de 5 pontos percentuais em comparação a 2012. Já no ensino médio, essa taxa era de 56,3%, aumento de 5,4 pontos percentuais no mesmo período.

“A última década foi marcada por avanços importantes, mas que de forma nenhuma desligaram a sirene de urgência de mudanças estruturais na educação brasileira. Ainda estamos muito distantes das metas estratégicas do PNE”, disse Caio Callegari.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 usa como base dados do Ministério da Educação e traz análises sobre os temas das 20 metas do PNE que foi sancionado em 2014 e estabelece metas para melhorar a educação até 2024.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pesquisa : número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos

O número de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio aumentou de 61% em 2012 para 68,7% em 2018. O percentual de jovens nessa faixa etária que frequentam a escola também vem crescendo e chegou a 91,5% em 2018. Os dados estão no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado hoje (25) pelo movimento Todos pela Educação em parceria com a Editora Moderna e traz dados organizados de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

“É uma avanço estatisticamente significativa, mas um avanço ainda tímido. O modelo que temos acaba fazendo com que adolescentes e jovens saiam da escola e, mesmo os que frequentam a escola, não veem um ambiente atrativo para seguir e encaixar a ideia de escolarização do ensino médio nos seus projetos de vida”, disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação, Caio Callegari.

A conclusão do ensino médio na idade adequada ainda é um desafio, como mostram os dados do relatório. Em 2018, apenas 63,6% dos jovens de 19 anos matriculados concluíram o ensino médio. Em 2012, 51,7% dos jovens de 19 anos haviam concluído essa etapa do ensino.

Desigualdades

As desigualdades socioeconômicas e de raça têm peso no acesso ao ensino médio, como aponta o anuário. Em 2018, 75,3% dos jovens brancos de 15 a 17 anos estavam matriculados na etapa. Já entre os jovens negros da mesma faixa etária esse percentual era de 63,6%, uma diferença de quase 12 pontos percentuais.

O anuário mostra também as disparidades em relação à distribuição de recursos. Enquanto São Paulo recebe a maior média anual de recursos vinculados à educação por aluno, R\$ 6,5 mil, o Maranhão está no outro extremo com R\$ 3,5 mil por aluno ao ano.

“Boa parte das desigualdade educacionais está relacionada a desigualdade de financiamento tanto em relação a garantia de recursos mínimos quanto a gestão de recursos. Estamos dando menos recurso para quem tem que corrigir um passivo

histórico de investimento em educação”, disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação.

Professores

Em relação à formação dos professores a publicação mostra que desde 2012 houve aumento médio de cerca de cinco pontos percentuais no número de docentes com formação adequada para as disciplinas que lecionam.

Em 2018, 48,7% dos docentes dos anos finais do ensino fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, tinham formação adequada. O dado representa um crescimento de 5 pontos percentuais em comparação a 2012. Já no ensino médio, essa taxa era de 56,3%, aumento de 5,4 pontos percentuais no mesmo período.

“A última década foi marcada por avanços importantes, mas que de forma nenhuma desligaram a sirene de urgência de mudanças estruturais na educação brasileira. Ainda estamos muito distantes das metas estratégicas do PNE”, disse Caio Callegari

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 usa como base dados do Ministério da Educação e traz análises sobre os temas das 20 metas do PNE que foi sancionado em 2014 e estabelece metas para melhorar a educação até 2024.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisa : número de jovens no ensino médio aumenta 61% em 6 anos

O número de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio aumentou de 61% em 2012 para 68,7% em 2018. O percentual de jovens nessa faixa etária que frequentam a escola também vem crescendo e chegou a 91,5% em 2018. Os dados estão no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado hoje (25) pelo movimento Todos pela Educação em parceria com a Editora Moderna e traz dados organizados de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

"É uma avanço estatisticamente significativa, mas um avanço ainda tímido. O modelo que temos acaba fazendo com que adolescentes e jovens saiam da escola e, mesmo os que frequentam a escola, não veem um ambiente atrativo para seguir e encaixar a ideia de escolarização do ensino médio nos seus projetos de vida", disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação, Caio Callegari.

A conclusão do ensino médio na idade adequada ainda é um desafio, como mostram os dados do relatório. Em 2018, apenas 63,6% dos jovens de 19 anos matriculados concluíram o ensino médio. Em 2012, 51,7% dos jovens de 19 anos haviam concluído essa etapa do ensino.

Desigualdades

Em 2018, 75,3% dos jovens brancos de 15 a 17 anos estavam matriculados no ensino médio, contra 63,6% de jovens negros - Marcelo Camargo/Agência Brasil

As desigualdades socioeconômicas e de raça têm peso no acesso ao ensino médio, como aponta o anuário. Em 2018, 75,3% dos jovens brancos de 15 a 17 anos estavam matriculados na etapa. Já entre os jovens negros da mesma faixa etária esse percentual era de 63,6%, uma diferença de quase 12 pontos percentuais.

O anuário mostra também as disparidades em relação à distribuição de recursos. Enquanto São Paulo recebe a maior média anual de recursos vinculados à educação por aluno, R\$ 6,5 mil, o Maranhão está no outro extremo com R\$ 3,5 mil por aluno ao ano.

"Boa parte das desigualdade educacionais está relacionada a desigualdade de financiamento tanto em relação a garantia de recursos mínimos quanto a gestão de recursos. Estamos dando menos recurso para quem tem que corrigir um passivo histórico de investimento em educação", disse o coordenador de projetos do Todos pela Educação.

Professores

Em relação à formação dos professores a publicação mostra que desde 2012 houve aumento médio de cerca de cinco pontos percentuais no número de docentes com formação adequada para as disciplinas que lecionam.

Em 2018, 48,7% dos docentes dos anos finais do ensino fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, tinham formação adequada. O dado representa um crescimento de 5 pontos percentuais em comparação a 2012. Já no ensino médio, essa taxa era de 56,3%, aumento de 5,4 pontos percentuais no mesmo período.

"A última década foi marcada por avanços importantes, mas que de forma nenhuma desligaram a sirene de urgência de mudanças estruturais na educação brasileira. Ainda estamos muito distantes das metas estratégicas do PNE", disse Caio Callegari

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 usa como base dados do Ministério da Educação e traz análises sobre os temas das 20 metas do PNE que foi sancionado em 2014 e estabelece metas para melhorar a educação até 2024.

G1 - TEMPO REAL

Mestrado e Doutorado em Direito contribuem para o dia a dia profissional Cursos oferecidos pela FDV beneficiam não apenas quem deseja ingressar na carreira acadêmica, mas também quem está no mercado

Após a graduação, as possibilidades de ampliar os conhecimentos se expandem, tanto para os que desejam ingressar na área acadêmica como para quem está no mercado e busca conhecimento com objetivo de impactar positivamente suas atividades profissionais. Para isso, é preciso encontrar um ambiente estimulante para continuar os estudos.

O Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Constitucionais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) tem essa proposta. Indicado para profissionais de carreiras jurídicas e também de outras áreas, o programa abre um leque de possibilidades para quem deseja agregar conhecimento ao exercício de sua profissão.

O programa está entre as pós-graduações mais bem avaliadas do Brasil. Com nota 5 na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, os cursos de Mestrado e Doutorado da FDV foram pioneiros no Espírito Santo. Em nível de Brasil, os cursos de Direito da FDV despontam em primeiro lugar nos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC/Inep) e são, respectivamente, o terceiro e quinto melhor do país considerando todos os cursos, não somente o de Direito.

Um dos diferenciais, segundo a coordenadora do Mestrado e Doutorado da FDV,

professora Elda Bussinguer, é o fato de os cursos serem voltados aos direitos e garantias fundamentais, o que atrai financiamentos para pesquisas e permite aos alunos discutirem temas relacionados ao direito às políticas públicas, ao controle das atividades do Estado, ao meio ambiente, aos instrumentos de participação popular, dentre outros.

“As linhas de pesquisa interessam a profissionais que atuam no Ministério Público, na Defensoria Pública, nas Procuradorias Estadual e Municipais, a profissionais da magistratura, advogados e pessoas envolvidas com a educação jurídica, dentre outros. Nosso leque é muito amplo, pois todo o ordenamento jurídico brasileiro está vinculado à Constituição. Quaisquer temáticas podem ser estudadas a partir das teorias e dos métodos adotados pelos professores da FDV”, explica.

Ela ressalta que outro diferencial é o nível dos professores. “O corpo docente é altamente qualificado e temos uma grande produção científica, com um número de publicações compatível com programas que têm mais de 100 professores. Nossos alunos também são muito envolvidos e têm uma participação ativa na instituição”, afirma Elda.

A professora acrescenta que a faculdade tem uma biblioteca jurídica rica em fontes de pesquisa, entre as melhores do país, e também uma revista científica com a mais elevada classificação da **Capes** – Qualis A 1, que traz publicações de grandes nomes do direito brasileiro. Vale destacar também que a partir do semestre 2019/2 as aulas de ambos os cursos passarão a ser ministradas presencialmente, a cada 15 dias, o que permite que alunos do interior do Estado ou de outras partes do Brasil escolham a FDV.

Questões jurídicas socialmente relevantes

Formada em Direito pela FDV, a assessora jurídica Shayene Machado Salles, 28 anos, decidiu dar continuidade aos estudos na instituição, motivada pelas atividades voltadas à iniciação científica e à extensão universitária, que permitem o aprofundamento teórico em questões jurídicas socialmente relevantes e com estímulo a ações e projetos direcionadas à aproximação da instituição e de seus estudantes com a sociedade. Atualmente, participa do Biogepe, um grupo de estudos, pesquisa e extensão da FDV, coordenado pela professora Elda, cujas linhas são políticas públicas, direito à saúde e bioética.

“As pesquisas desenvolvidas nesse grupo contribuem muito para o meu exercício profissional de assessora jurídica, na medida em que me possibilitam o aprofundamento teórico no estudo de temáticas comumente levadas ao Poder Judiciário, além de me permitir uma apreensão crítica, alicerçada em dados científicos, de questões jurídicas, como o processo de ‘judicialização das políticas públicas’, as problemáticas que envolvem a gestão privada de recursos públicos de saúde e a tomada de decisão sobre questões envolvendo conflitos morais de relevo social, como o uso de novas tecnologias em saúde e eutanásia, por exemplo”, explica.

Processo seletivo

Implementado em 2002, o programa da FDV está com inscrições do processo seletivo abertas para ingresso no segundo semestre. O programa é aberto para graduados em Direito e também para profissionais de outras áreas como a de saúde, economistas, e áreas afins. A seleção dos candidatos será realizada pela Comissão de Seleção e Admissão, de acordo com os critérios definidos no edital.

No Mestrado, a seleção será composta de entrevista e entrega de documentação. A proficiência em língua estrangeira poderá ser adquirida ao longo do curso. Já a seleção para o Doutorado será composta de entrevista, projeto de pesquisa e comprovação de proficiência em língua estrangeira (que poderá ser adquirida em até 12 meses de curso). Mais informações em <http://site.fdv.br/processo-seletivo-ppgd-2019/>.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Inscrições para o Fies começam nesta terça-feira (25)

As vagas são para o segundo semestre de 2019 e estudantes podem se inscrever até 1º de julho

O período de inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) referente ao segundo semestre de 2019 começam nesta terça-feira (25) e acaba às 23h59 de 1º de julho. Interessados devem ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, ter obtido média das notas de provas igual ou superior a 450 e nota maior que zero na redação. Para efetuar a inscrição, basta acessar o Sistema de Seleção do Fies e seguir as informações.

Financiamento

O Fies é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que concede financiamento para estudantes em cursos superiores de instituições de ensino privadas aderentes ao programa. O programa é dividido em duas modalidades, na primeira serão ofertadas vagas com juros zero para jovens que tenham uma renda per capita mensal familiar de no máximo três salários mínimos. Já a segunda, denominada P-Fies, é voltada para estudantes de até cinco salários mínimos de renda per capita familiar e funciona com recursos dos Fundos e dos Bancos privados participantes.

Resultado

O resultado da pré-seleção será divulgado em 9 de julho, sendo chamada única e lista de espera para o Fies e apenas uma convocação para o P-Fies. O candidato poderá consultar a deliberação do site do programa ou junto às instituições para qual tenha se inscrito. Estudantes que não foram pré-selecionados no Fies serão incluídos automaticamente na lista de espera.

Cronograma

- Inscrições: de 25 de julho a 1º de julho
- Resultado: 9 de julho
- Complementação da inscrição para pré-selecionados: de 10 a 12 de julho
- Lista de espera da modalidade Fies: de 15 de julho a 23 de agosto

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Vilson Rosa toma posse como diretor de Cooperação Institucional do CNPq

O pesquisador tomou posse no dia 18 de junho e estará à frente das ações executadas em parcerias com instituições como institutos de pesquisa, fundações estaduais de amparo à pesquisa e organismos internacionais. Dentre essas ações estão PIBIC, PIBIT, INCT e as cooperações internacionais, entre outros

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem novo diretor de Cooperação Institucional. O pesquisador Vilson Rosa de Almeida tomou

posse no dia 18 de junho e estará à frente das ações executadas em parcerias com instituições como institutos de pesquisa, fundações estaduais de amparo à pesquisa e organismos internacionais. Dentre essas ações estão os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC e PIBIT), os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e as cooperações internacionais, entre outros.

Bolsista do CNPq de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) nível 1D, o novo diretor tem reconhecimento internacional por relevante contribuição científica, ao compor, triplamente, a lista dos 100 artigos mais citados dos 40 anos de história do renomado periódico internacional Optics Letters, classificado como QUALIS A1 nas áreas de Engenharias III e IV, dentre outras áreas. Os artigos do pesquisador galgaram as posições de 16, 60 e 80 entre os mais citados, caracterizando-o como o brasileiro mais citado e com maior número de artigos ranqueados.

Trajatória e atuação

Vilson Rosa possui graduação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em Engenharia Eletrônica com distinção Magna Cum Laude (1997), além de graduação pela Academia da Força Aérea (AFA) em Ciências Aeronáuticas com habilitação em Aviação Militar (1987), mestrado pelo ITA em Engenharia Eletrônica e Computação (1998) e doutorado pela Cornell University em Electrical and Computer Engineering (2004). É especializado nas áreas de Fotônica e de Engenharia Eletrônica, para aplicações Aeroespaciais e em Engenharia Biomédica e tem experiência na concepção, projeto, fabricação e caracterização de dispositivos em Fotônica Integrada em Silício, de Sensores a Fibra Óptica, em especial para Aplicações Aeroespaciais.

Credenciado na Pós-Graduação do ITA e na Divisão de Fotônica do Instituto de Estudos Avançados (IEAv), ambos pertencentes ao DCTA-COMAEr. Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica (PPGEB) da Universidade Brasil, é membro da Comissão de Avaliação de Programas de Pós-Graduação da CAPES – Engenharias III (Trienal 2010-2012; Quadrienal 2013-2016). Além disso, é membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Ótica e Fotônica (SBFoton), coordenador da Comissão de Área Física na Empresa; (FEM), da Sociedade Brasileira de Física (SBF) e assessor ad-hoc da Fapesp.

topo 

UERN - TEMPO REAL

UERN terá primeiro curso de Doutorado em Direito do RN

Foi publicado na última sexta-feira (21) o edital do curso de Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), ofertado na modalidade Dinter (Doutorado Interinstitucional), tendo como instituição promotora a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFPR é avaliado com conceito 6 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** – o maior conceito já atingido por um Programa de Pós-Graduação em Direito no Brasil.

Estão sendo ofertadas 30 vagas. Segundo o coordenador operacional do curso na UERN, Prof. Dr. Sérgio Alexandre, do curso de Direito de Natal, o edital é aberto ao

público em geral, mas prioritariamente voltado para professores da UERN, refletindo na qualidade acadêmica dos cursos de Natal e Mossoró.

A ideia é que, com o corpo docente capacitado, a UERN passe a ofertar seu próprio curso de mestrado. “Esse Dinter representa a possibilidade de capacitação dos docentes da UERN, por uma instituição de peso, avaliada com conceito máximo pela **CAPES**. Representa também o desejo de verticalização da Universidade, com o futuro curso de Mestrado em Direito da UERN”, ressalta Sérgio Alexandre, recordando que esse convênio vem sendo articulado desde 2013.

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UERN, Rodolfo Lopes enfatiza a importância do convênio: “Essa discussão começou ainda na gestão do professor João Maria, na PROPEG. Mesmo com a robustez de nossa política de capacitação docente, temos uma demanda reprimida e levaríamos mais tempo para capacitar nossos docentes em nível de doutorado. Demos sequência às tratativas, fizemos visitas a Curitiba/PR, a última foi realizada no início do ano e tivemos a satisfação de ter a proposta aprovada junto à **CAPES**”, ressaltou Rodolfo Lopes.

Sobre o Programa de Pós-Graduação em Direito

O PPGD possui as seguintes áreas de concentração: Direito das Relações Sociais (Linhas de Pesquisa: “Direito, Tutela e Efetividade” e “Novos Paradigmas do Direito”); Direito do Estado (Linhas de Pesquisa: “Direito, Poder e Controle” e “Perspectivas da Dogmática Crítica”); e Direitos Humanos e Democracia (Linhas de Pesquisa: “Cidadania e Inclusão Social” e “Cooperativismo e Economia Solidária”).

As inscrições foram abertas no dia 21 de junho e podem ser feitas até 7 de julho de 2019. Conforme o cronograma (disposto no Anexo II do Edital), o processo seletivo com análise de projeto, currículo e entrevista ocorrerá entre os dias 9 e 11 de julho.

O resultado preliminar será divulgado no dia 24 de julho e o resultado final até o dia 29 de julho. As aulas estão previstas para iniciarem até setembro de 2019. A data será divulgada posteriormente.

Mais informações sobre as normas, prazos e documentos necessários podem ser obtidas no EDITAL.

DIÁRIO DO PARÁ - PA - MAURO BONA

Seleção

A **Capes** vai selecionar projetos para cooperação com instituições da França, por meio dos programas Brafitec e Cofecub, e da Alemanha, do Probral. Ao todo, serão concedidas bolsas a até 65 projetos. Os interessados poderão se inscrever até às 17h do dia 26 de julho.

[topo](#) ↕

DESTAK - BRASIL

Em 10 anos, verba para merenda por aluno cresceu R\$ 0,63

Municípios reivindicam reajuste do valor do programa de auxílio ao custo da alimentação nas escolas públicas do país

Instituições que atendem cerca de 42 milhões de estudantes da Educação Básica nas escolas públicas de todo o país contam com verba do governo federal como principal fonte de recursos para custear a merenda oferecida nas escolas.

Os valores, no entanto, não têm sido reajustados pela inflação, sendo a maior recomposição registrada nos últimos 10 anos de apenas R\$ 0,63 centavos. O recurso da União para as merendas é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Os valores variam a depender do período escolar, considerando particularidades como faixa etária, período na escola e alunos atendidos. Entre 2009 até hoje, o crescimento do orçamento anual do Pnae de R\$ 2 bilhões para R\$ 4 bilhões não foi suficiente, pois não acompanhou o aprimoramento das vagas em creches, período integral e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O recurso da merenda per capita [por cada aluno] mais valorizado nos últimos dez anos foi o destinado a creches, que subiu de R\$ 0,44 para R\$ 1,07 por criança. Já no Ensino Fundamental e Médio o orçamento per capita passou de apenas R\$ 0,22 para R\$ 0,36 no mesmo período.

Defasagem

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que a defasagem no investimento do governo federal nas merenda seja de 32,4%. Em nota ao Destak, a entidade defende reforço, considerando que o valor não seria uma obrigação originária dos estados e municípios. “Além de não ter havido reajuste ao longo de 7 anos (2010 a 2017), o reajuste não recuperou a defasagem do per capita da alimentação escolar”, informa a nota. Estudo realizado pela Confederação aponta que o custo médio calculado para a merenda, de forma geral, é de R\$ 4,50. “Isto é, seria necessário que a União repassasse um valor 12 vezes maior que o atualmente praticado”, ressalta a CNM.

O Ministério da Educação (MEC) tem passado por redução no orçamento. Questionados pela reportagem, o governo afirmou que “os repasses do Pnae não foram contingenciados”. Os bloqueios, segundo o órgão, continuam concentrados nas universidades federais. Ainda não há definição sobre reforço da verba para o próximo ano.

[topo](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

Matrículas no ensino superior crescem 3,8%, taxa inferior à do último censo
O número de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil cresceu 3,8% de 2012 para 2013

O número de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil cresceu 3,8% de 2012 para 2013. No ano passado, as matrículas superaram 7,3 milhões. A rede privada concentra o maior número de alunos, quase 5,4 milhões de inscritos. Na rede pública, há cerca de 1,9 milhão de estudantes. Os dados são do Censo da Educação Superior 2013, divulgado hoje (9) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O crescimento do número de matriculados na graduação foi inferior ao registrado nos censos anteriores. De 2011 para 2012, o crescimento ficou em 4,4% e, de 2010 para 2011, em 5,6%.

No ano passado, ingressaram no ensino superior cerca de 2,7 milhões de estudantes. A matrícula na graduação cresceu mais na rede privada (4,5%) do que na rede pública (1,9%) – o censo anterior registrou maior crescimento nas instituições públicas. Neste

censo, a rede privada participa com mais de 80% no número de ingressantes em cursos de educação superior de graduação. Quase 1 milhão de estudantes concluíram a educação superior no ano passado.

Administração é o curso com o maior número de matriculados no país (800.114), seguido por direito (769.889), pedagogia (614.835), ciências contábeis (328.031) e engenharia civil (257.268). Os dez maiores cursos em número de matrículas concentram mais da metade da rede de educação superior no Brasil.

As universidades são minoria entre as instituições de educação superior – são 195, que equivalem a 8,2% do total das instituições de educação superior. As faculdades predominam, são 84,3%. Apesar de o número ser menor, as universidades concentram 53,4% das matrículas em cursos de graduação e 29,2% estão nas faculdades.

As matrículas de pessoas com deficiência cresceram cerca de 50% nos últimos quatro anos. Em 2013, eram 30 mil alunos e, em 2010, 19 mil. A maioria dos estudantes está em cursos de graduação presencial (23 mil).

Levando em conta a educação superior sequencial e a pós-graduação stricto sensu, o número de matriculados no ensino superior no país chega a 7,5 milhões. O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, engloba as redes pública e privada de educação superior.

topo 

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

Existe salvação fora da universidade. E ela está no ensino técnico

Enquanto o Brasil perpetua, como uma espécie de dogma, a ideia de que "fora da universidade não há salvação", o resto do mundo tem obtido sucesso ao investir na direção oposta: educação técnica no ensino médio.

Além de outros episódios, um comentário do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, colombiano que teve breve passagem pelo Ministério da Educação (MEC) neste ano, evidencia esse dilema. Sua afirmação de que "universidade para todos" não existe causou tamanha repercussão negativa que, pode-se dizer, influenciou até mesmo sua exoneração do posto.

Em outros países, por outro lado, a regra é outra. Nos últimos anos, a Finlândia, líder nos rankings que medem o nível educacional, o Reino Unido, França, Alemanha e a Coreia do Sul têm tido maior estima pela educação técnica e preferem empenhar seus esforços nesse segmento em detrimento do ensino superior formal.

A formação técnica de nível médio gera, sobretudo, rápida inserção ou requalificação no mercado de trabalho, além de uma média de 18% de acréscimo na renda dos profissionais.

Segundo o último relatório da OCDE Education at a Glance, ao menos 48% dos estudantes de países da União Europeia se formam no ensino profissional de nível médio. O número chega a 63% no Reino Unido. E o Brasil vai na contramão, com apenas 8% dos egressos do ciclo básico educacional com formação técnica. O mercado de trabalho já sentiu o impacto desse número, como revela a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira de 2014, do Ibope. No país, 61% das empresas têm dificuldades

para preencher vagas da área técnica. O gráfico abaixo mostra a discrepância do país em relação ao referencial mundial:

Brasil está muito distante do referencial mundial

Cenário mundial da educação Profissional e Tecnológica de nível médio % dos estudantes formados no ensino técnico de nível médio

Infográfico:

Mais infográficos

O cenário também desagrada a atual gestão do governo e a pasta de Educação, que elencaram o ensino técnico como prioridade do país, mas decidiram "mudar o rumo" e não seguir exemplos anteriores, como o Pronatec. Para isso, afirmam especialistas da área, é preciso olhar para a comunidade internacional, reproduzir bons exemplos que caibam em nossa realidade, entender como o mercado de trabalho funciona e, especialmente, terminar com o "preconceito" contra o ensino técnico.

Exemplo "desastroso"

Criado para estimular e expandir a oferta de ensino técnico, e "vitrine" de campanha da ex-presidente Dilma Rousseff, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) concentrou elevados gastos e não gerou resultados efetivos. Segundo relatórios realizados por consultores do Congresso Nacional e do Ministério da Fazenda, a falta de planejamento e análise de mercado levou a um grande desperdício de dinheiro.

A própria gestão Dilma, mais tarde, reduziu pela metade o número de vagas prometidas em campanha. Em 2013, foram R\$ 2,8 bilhões investidos no programa; dois anos depois, o valor subiu para R\$ 3,6 bi. A queda, em 2018, é grande: um repasse para o programa de apenas R\$ 144 mil. O número de matrículas também reduziu de 1,7 milhão, em 2013, para somente 93 mil, neste ano. "O Pronatec não contribuiu para reinserir os trabalhadores no mercado de trabalho formal [...] não foi efetivo na medida que não elevou as chances de reinserção ou ampliou o rendimento salarial", avaliou a Fazenda.

Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV-SP, endereça outro "defeito de raiz" no programa. "Ele deu um grande impulso ao ensino técnico, mas o problema é que tentou englobar tudo, cursos mais variados para formação de trabalhadores em áreas em que não havia demanda", afirma.

Essa falta de foco nas políticas públicas, defende ela, acaba gerando desperdícios. "Acho que ele precisaria ser aperfeiçoado e se restringir a alguns segmentos. Lembro daqueles cursos técnicos que foram criados de madrugada, porque vinha dinheiro federal para isso. Eles não tinham demanda e nem havia equipamentos nas escolas", critica Claudia.

Estudantes não seguem a formação técnica recebida

Além dos problemas já citados, outras causas não permitem que o país avance no segmento. Um deles é o abandono da carreira por muitos estudantes após frequentar um curso técnico. Estudo divulgado no início deste ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que apenas 25% dos estudantes formados em ensino profissional acabam trabalhando na área. Mas o que acontece com eles? Para onde vão?

Muitos, para a universidade.

Segundo Claudia, isso se dá, principalmente, porque grande parte opta pela educação técnica com intenção secundária, e o torna uma espécie de cursinho pré-vestibular. "Um aluno que não tem como pagar uma escola particular, e quer fazer uma boa escola pública, sabe que no ensino técnico vai ter uma boa oferta", identifica ela. "Muita gente procura pelas razões erradas. No ponto de vista pessoal, ele está fazendo o seu cálculo de acordo com a oferta que tem. Mas no ponto de vista de política pública, é um grave erro".

Ela cita um bom exemplo para entender a questão: "Conheci uma moça fez escola técnica de mecatrônica, que é altamente especializada, demanda equipamentos importantes, pois ela sabia que queria prestar ciências sociais na USP", conta.

Nada de errado com a escolha pessoal da estudante, diz Claudia, mas tudo errado em selecionar para o ensino técnico estudantes que, na verdade, não utilizarão os aprendizados. É um investimento perdido. "Se ela fosse cursar engenharia mecatrônica depois, não teria tanto problema, mas a intenção não é essa".
Preconceito

Por trás do desprezo ao ensino profissional há ainda o preconceito com o próprio mundo do trabalho. Serviços de natureza técnica, muitas vezes, são vistos como inferiores, lembra João Batista Araujo e Oliveira, doutor referência nacional em educação.

"Ouço gente dizendo você vai educar para a vida ou para o trabalho?. O trabalho é visto como algo menor, mas não existe forma para a vida e esquecer que uma parte importante é a tua conexão com ele", defende. "Quem não trabalha depende de caridade alheia, e nada menos emancipatório do que depender de caridade dos outros. A gente tem que perder esse preconceito".

Ele também lembra que 70% da economia do mundo é serviço e afirma que, se todos tivessem diploma universitário, o mercado de trabalho não seria capaz de abarcar todo mundo. "Ainda que o Brasil conseguisse o milagre de que todo brasileiro fosse para a universidade, possivelmente não alcançaríamos o milagre de toda a população com emprego de nível superior", diz Araujo. "Por isso, fora da universidade é que há salvação".

"O que pode funcionar aqui é a escola técnica com a cultura do trabalho. Nos bons exemplos, o corpo docente é formado por pessoas do segmento, que têm formação voltada à área técnica", propõe ele.
Percepção positiva

Apesar dos embaraços, resta ainda uma percepção positiva do ensino técnico por parte da população brasileira. O Ibope 2014 revelou que 90% das pessoas acreditam que quem faz curso de Educação Profissional e Tecnológica tem mais oportunidades; 93% concordam que o governo poderia oferecer mais cursos desse segmento.

Em sua última atualização, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostra que, mesmo com a redução de investimentos, o percentual de

estudantes do ensino médio que frequentaram educação técnica aumentou. Em 2016, o índice era de 5,6%, contra 6,2%, em 2018.

topo ↕

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Pesquisadores em Comunicação da Ufam lançam livro Olhares Comunicacionais
A obra busca dialogar com diferentes áreas do conhecimento, identificando e interpretando teias que promovem interconexões com as ciências da comunicação
Em tempo de contingenciamento de recursos públicos para a educação, produzir conhecimento científico na Amazônia torna-se um desafio. Partindo desse contexto, docentes, discentes e parceiros do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) — como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Editora da Ufam (EDUA) e Alexa Editora (SP) — uniram esforços para lançar o livro **Olhares Comunicacionais**. O evento acontece dia 4 de Julho, às 19h, no Les Artistes Café Teatro, na sete de Setembro, centro de Manaus.

A coletânea foi organizada pelo prof. doutor Renan Albuquerque (Ufam) e pelos doutorandos Noélio Martins Costa (Ufam) e Georgio Ítalo Oliveira (Ufam). São 12 artigos que tratam de temas que vão desde o Ecofeminismo até questões relacionadas a Religião, Saberes Indígenas, Convergência de Mídias, Educomunicação, Folkcomunicação e Desenvolvimento Sustentável. Esse conjunto de assuntos é entrelaçado no âmbito da área de concentração do PPGCCom, os Ecossistemas Comunicacionais.

Para Renan Albuquerque, coordenador do PPGCCom e pós-doutor em Antropologia pela PUC-SP, o momento é de democratização do conhecimento científico. “O livro tem alta relevância por se tratar de uma ação de divulgação de ciência. A gente milita nessa área e essa divulgação perpassa pela democracia científica porque tem como meta levar conhecimento ao público em geral”, afirmou. “O PPGCCom está indo contra o que o atual governo insinua. Bolsonaro fala de uma universidade fechada, que não agrega, que não produz, que fica encastelada dentro de seus muros, e isso não é verdade. Todos os PPGs da Ufam buscam sempre a relação dialógica com a sociedade”, sublinha o professor.

PPGCCOM 10 anos

A obra marca os 10 anos de existência do primeiro curso de Mestrado em Ciências da Comunicação na Amazônia, que até junho de 2019 outorgou o título de mestre a 57 profissionais. São egressos dentre os quais hoje trabalham em redações, assessorias, na docência e na pesquisa.

O prefácio foi escrito pela reconhecida professora doutora Edilene Mafra, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Ufam, e da Uninorte. Edilene é especializada em divulgação de ciência por meio do radiojornalismo.

Lançamento do livro

A programação de lançamento terá a presença da mestrandia do PPGCCom, Maya Batista, e do diretor-presidente da Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas (FUNTEC), Oswaldo Lopes Filho, que comporão mesa de debates sobre a comunicação na Amazônia na atualidade. O músico amazonense e também mestrando do PPGCCom, Zeca Dantas, faz apresentação no evento.

Promocionalmente, no lançamento, será possível obter exemplares do livro Olhares Comunicacionais por R\$ 40. Após isso, apenas no site da Amazon Brasil ao custo de R\$ 72 + frete, no link: <https://www.amazon.com.br/Olhares-Comunicacionais-Renan-Albuquerque/dp/8554670892>

Sobre a obra

A obra “Olhares Comunicacionais” reúne estudos associando os ecossistemas comunicacionais e mantendo diálogos com diversas disciplinas, levando em consideração concepções teóricas e metodológicas sobre sistemas, redes comunicacionais de interação social, linguagens comunicativas, educomunicação, comunicação organizacional e formas de conhecimento híbridas ancestrais, religiosas, científicas e populares.

A obra sugere novas possibilidades do conhecimento acadêmico, com base nos estudos da comunicação e nos objetos de estudos em diferentes nuances, acentuando seu caráter dinâmico, integrador, versátil, interacionista e interdisciplinar, bem como integrando múltiplos processos sociocognitivos, culturais e informacionais.

topo ↕

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA -MG - TEMPO REAL

Pós da UFU tem nota máxima em avaliação

Programa de engenharia mecânica atinge feito pelo segundo ano seguido; apenas faculdade da UFRJ e da PUC-RJ tiveram avaliação semelhante

SÍLVIO AZEVEDO

Alunos em laboratório da Faculdade de Engenharia Mecânica da UFU, cujo programa de pós-graduação é nota máxima

Avaliados a cada quatro anos pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, os programas de pós-graduação do país recebem notas que variam entre 3 e 7. São parâmetros que estabelecem um ranqueamento de programas e demonstram a qualidade das pesquisas e dos professores das universidades brasileiras. Na última avaliação feita, o programa de pós-graduação do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) alcançou nota máxima (7), feito só repetido por outras duas instituições: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Segundo a diretora da Faculdade de Engenharia Mecânica da UFU (Femec), Elaine Gomes Assis, é o segundo ano consecutivo que os programas recebem nota máxima. “É difícil conquistar uma nota 7. Mais ainda é manter. Além dos docentes, os discentes são muito importantes nesses resultados, pois vêm com propostas desafiadoras e correspondem”, disse.

Atualmente, são 200 alunos de mestrado e doutorado que desenvolvem trabalhos de pesquisas com apoio de 33 docentes nas áreas de Mecânica dos Sólidos e Vibrações; Transferência de Calor e Mecânica dos Fluidos; e Materiais e Processos de Fabricação. As atividades são realizadas nos 26 laboratórios da Faculdade de Engenharia Mecânica.

Desde sua criação, em 1984, com início das atividades em 1985, já foram realizadas várias pesquisas que também atraem os olhares de fora da instituição. Atualmente, estão sendo realizados projetos em parceria com empresas como a Petrobrás, Embraer, CPFL

Energia (SP), Furnas, Fiat e White Martins.

Uma dessas pesquisas é a da Mecânica de Estruturas, que para 2019 recebeu um aporte da Petrobrás de R\$ 19 milhões para a elaboração de quatro projetos que resolvam problemas operacionais da empresa. Segundo o docente Roberto Mendes Finzi Neto, o fato de o curso ter nota máxima na avaliação da **Capes** ajuda na hora de captar recursos.

“Quando um programa tem nota 7, as grandes empresas têm noção e certeza que os melhores profissionais da área estão localizados nessas instituições. Sempre nos procuram para desenvolver pesquisas importantes para resolver os problemas que eles têm na indústria”, disse.

O ineditismo também é um dos fatores na hora da escolha dos temas. A doutoranda Geisa Arruda Zuffi, 26, escolheu fundamentar sua tese na teoria de levitação acústica de campo próximo, algo nunca pesquisado no Brasil.

“É um projeto inovador com aplicabilidade muito grande. Pode transportar objetos que não podem ter contatos com eletricidade, serem magnetizados. Ele pode levitar, inclusive, animais e compostos químicos. Pode ser usado em transporte, armazenamento, construção de motores de rotação elevada. Acho muito importante e mais fácil trabalhar um assunto novo em um lugar conhecido”, explicou a doutoranda, que em breve vai a Israel para realizar a parte experimental na Technion, instituto de tecnologia que é referência mundial no tema.

IMPACTO SOCIAL

Para o coordenador do programa de pós-graduação da Engenharia Mecânica, Washington Martins da Silva Júnior, além de soluções para as grandes empresas, existem teses e projetos com impacto social importante sendo desenvolvidos nos laboratórios.

“Tem uma tese sobre detecção de câncer de mama usando detectores térmicos e sensores eletromecânicos que usam uma onda mecânica para identificar no tecido humano a localização, o tamanho e a evolução do tumor. Tudo isso sem usar radiação ou gerar desconforto para as pacientes”, afirmou.

A tese da aluna Gabriela Lima Menegaz, com orientação do docente Cleudmar Amaral Araújo, está em fase de testes com modelos. “Os experimentos de termografia já foram aprovados pelo comitê de ética, mas os testes não começaram porque ainda tem desenvolvimentos para serem feitos no sensor”, explicou o coordenador. Um pedido de patente também já foi solicitado ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

Desde o início dos programas de pós, o número de pedidos de patentes já chegou a 56. Uma delas, a da produção da tecnologia de aparato de medição de umidade de grãos montado em uma colhedora para aplicação em colheita de parcelas, rendeu o recebimento de royalties pela universidade.

OUTROS CURSOS

Além da Engenharia Mecânica, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) oferece mais 52 programas de pós-graduação, que receberam notas entre 6 e 3 na avaliação da **Capes**. Os cursos mais procurados são os das faculdades de Educação e Tecnologia,

Comunicação e Educação (Faced), Letras, Direito (Fadir) e Engenharia Elétrica (Feelt).

Quem passou pelo mestrado na UFU foi a engenheira elétrica Nayara Nascimento Moraes Damasceno, 33, que atualmente mora no Rio de Janeiro e trabalha na Petrobrás. Mestre em Ciências pela Feelt, ela disse que a experiência dos professores contou para a escolha do curso.

“Já conhecia os orientadores, que têm experiência no cenário nacional na área de engenharia biomédica, especialidade da minha dissertação. Ia ao encontro à minha meta de ser professora da UFU”, afirmou.

Com o tema “Desenvolvimento de um sensor para uso em interfaces para pessoas com limitação de movimento”, Nayara Damasceno explicou que o trabalho acrescentou bastante conteúdo em sua vida acadêmica, ainda mais por ter trabalhado ao lado de outros profissionais da área de saúde, como médico, dentista e neurologista. “Gosto da multidisciplinaridade, da escuta de pontos de vistas diferentes, ver o mesmo problema de outra perspectiva.”

Atualmente trabalhando na universidade como coordenador da Divisão de Capacitação na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Leonardo Moreira Ulhoa, 42, destaca que a qualidade dos projetos incentivou sua dedicação nos estudos.

“Escolhi a UFU porque é uma instituição pública, gratuita, com tradição na qualidade do ensino. Foi na UFU que tive a oportunidade, na graduação, de iniciar os trabalhos com pesquisa. Participei de grupos de estudos, de projetos de extensão e contribuição com a minha formação. E isso me orientou para o mestrado e doutorado”, explicou.

Ulhoa tem toda sua vida acadêmica ligada à UFU, com duas graduações, um mestrado e um doutorado. Formado em Geografia e Letras, ele explica como a educação superior colaborou com sua formação pessoal.

“Para além da formação, a educação contribuiu com o desenvolvimento da minha consciência e personalidade, estimulando o pensamento crítico e me levando a ser um cidadão mais reflexivo, capaz de posicionar frente a um mundo que eu considero complexo e diverso. Tudo que sou e que tenho hoje é pela UFU. Ela tem uma forte influência na minha formação, onde estudei e trabalho hoje”, disse Ulhoa, que também é professor de francês na Central de Línguas.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Atualmente são cerca de 6.300 alunos espalhados pelos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo que 921 recebem bolsas, concebidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), do Governo de Minas, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com o corte de verbas anunciado pelo Governo Federal em abril deste ano, 29 bolsas de quatro cursos serão cortadas, sendo 10 de Engenharia Civil, quatro de Direito, quatro de Ciências Sociais e 11 de História. O número representa 8,29% do total de bolsas. O corte será de R\$ 522 mil.

“Esse corte prejudica alguns programas de pós-graduação que, neste momento, estão

sendo penalizados por um critério que foi adotado. Eu acho que não era momento de realizar cortes. Era um momento de consolidar mais ainda a pós-graduação brasileira, que passa por um processo de expansão”, explicou o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU, professor Carlos Henrique de Carvalho.

O pró-reitor ainda endossou que o corte será somente para novos alunos. “Quem está com a bolsa não será atingido com o corte. Essa bolsa só desaparecerá do sistema após a defesa da tese, não sendo repassada para outra pessoa.”

topo ↕

RADAR AMAZONICO - TEMPO REAL

Estudo pretende viabilizar produtos de Manejo Florestal para o mercado

O baixo número de espécies florestais que atualmente são exploradas para fins madeireiros no Amazonas motivou a engenheira florestal Daniele Feitosa Fróes, a avaliar o desempenho da espécie *Eschweilera*, conhecida como Matamatá, para ser empregada em produtos como móveis, instrumentos musicais e artigo de decoração.

Segundo a pesquisadora, as árvores do gênero *Eschweilera* são espécies abundantes, amplamente distribuídas na floresta, possuem características importantes para o manejo florestal, porém não são exploradas devido à escassez de estudos sobre sua caracterização tecnológica e potencial, como usinagem e propriedades físicas que contribuam para a inclusão de novas espécies no mercado e sustentabilidade dos ecossistemas florestais.

Para que determinada madeira seja explorada é necessário que se conheça seu potencial madeireiro, ou seja, saber os limites e condicionantes de uso, para o desenvolvimento de produtos.

Para a pesquisa foram selecionadas duas espécies *Eschweilera coriacea* e *Eschweilera truncata*, para a caracterização da madeira, compreensão da densidade e retratibilidade, da parte mecânica, química e, por último, da usinagem que é a confecção da modelagem dos produtos.

“Durante o estudo as madeiras de *E. coriacea* e *E. truncata* apresentaram excelente desempenho na avaliação de usinagem, tendo recebido conceito excelente para os testes de plaina, lixa, perfuração por broca, moldura no topo e torno; bom para o teste de rasgo lateral por broca e; ruim para o teste de perfuração por prego, por conseguinte essas madeiras mostram excelente qualidade para usinabilidade”, disse.

Produtos Madeireiros

Daniele explica que após o estudo e avaliação das madeiras foram desenvolvidos produtos com peças utilizadas nos processos de usinagem como: móveis, artigos de decoração, armação para óculos e escala para instrumento musical.

“De forma geral, pode-se concluir que a madeira das espécies estudadas estão aptas para serem empregadas na confecção de produtos de alto valor agregado, podendo ser consideradas como alternativa para subsidiar o mercado madeireiro, uma vez que apresentam características similares às espécies comercializadas e também por serem espécies de grande ocorrência em toda a Amazônia”, ressalta.

Os produtos foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar, composta por

engenheiro florestal, designer, luthier e arquiteto com o intuito de projetar peças que possam ser replicadas pela indústria, considerando-se a praticidade no transporte, ou seja, todos os móveis produzidos podem ser desmontáveis e armazenados em caixas próprias.

Resultados

Conforme a pesquisadora, o estudo vai contribuir para o avanço da área de tecnologia da madeira e manejo florestal sustentável, oferecendo respostas para a utilização de madeiras que atualmente não são exploradas.

“A pesquisa superou todas as expectativas, apresentando resultados excelentes, saldo totalmente positivo avaliou a qualidade das madeiras de *Eschweilera coriacea* e *Eschweira truncata*, habilitando o potencial madeireiro, afirmando que podem ser comercializadas em diferentes setores da indústria madeireira. Todavia, a pesquisa realizada indica direcionamento para outras pesquisas, como a investigação do potencial tecnológico de outras espécies de menores diâmetros e de elevada ocorrência na floresta. E o resultado mais importante seria a possibilidade de inserir essas espécies na lista de espécies de interesse comercial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que habilita as madeiras para comercialização”, relata Daniele Fróes.

O projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Programa Institucional de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (Posgrad), na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), teve como orientadora a professora Claudete Catanhede do Nascimento, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e contou com apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Madeiras da Amazônia.

Posgrad

O Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (Posgrad), da Fapeam, tem como objetivo apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados nos Programas de Pós-Graduação Strico Senso (PPGSS), aprovados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, por meio da concessão de quotas de bolsas de mestrado e doutorado.

INCT

O projeto de pesquisa contou ainda com apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Madeiras da Amazônia, do Inpa, com aporte financeiro da Fapeam, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(*) Com informações da Fapeam